



Câmara Municipal de São Gotardo

1º SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 38 DE 29 DE ABRIL DE 2025

RECEBEMOS
17 / 06 / 2025
[Assinatura]

Institui no âmbito do Município de São Gotardo/ MG, a Semana da Maternidade Atípica, a ser comemorada na terceira semana de abril, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de São Gotardo, por seus representantes aprovou, e eu, Prefeito Municipal, promulgo a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituída a Semana Municipal da Maternidade Atípica no Município de São Gotardo, a ser realizada, anualmente, na terceira semana do mês de abril.

Art.2º A Semana Municipal da Maternidade Atípica passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos do Município de São Gotardo.

Art. 3º Os objetivos da Semana Municipal da Maternidade Atípica são:

- I – Incentivar a promoção de políticas públicas de proteção às mães atípicas;
- II – Promover o reconhecimento e a valorização da maternidade atípica na sociedade e o papel do poder público enquanto ferramenta de apoio social;
- III – Desenvolver políticas públicas adequadas na Rede Primária de Saúde, com vistas a manter um atendimento eficaz e de qualidade, para preservar a integridade da saúde mental materna atípica.
- IV – Promover encontros, seminários, conferências e fóruns de debates de temas de relevância social tendo como foco central a maternidade atípica;
- V – Sensibilizar a população acerca das especificidades e desafios da maternidade atípica, com vistas à preservação da saúde mental materna;

Art. 4º As atividades da Semana Municipal da Maternidade Atípica a fim de concretização dos objetivos elencados no artigo anterior serão definidas pelo Poder Executivo por meio de seus órgãos e secretárias.

§1º O Poder Executivo aproveitará de sua própria estrutura para execução desta lei, não sendo necessária ampliação de quadro de servidores, tampouco contratação de

Telefone: (34) 3671-1718

Praça São Sebastião, nº 45 - São Gotardo/MG - CEP 38800-000



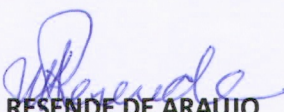
Câmara Municipal de São Gotardo

despesas que onerem a Administração Pública, sendo facultado ao gestor realizar ou não despesas orçamentárias para a execução desta lei.

§2º O Poder Executivo poderá celebrar parcerias com pessoas físicas e/ou jurídicas para desenvolver os objetivos do artigo anterior.

Art. 5º Para a promoção das ações de que trata esta lei, poderá o Poder Executivo realizar despesas necessárias a sua consecução, ficando autorizada a sua inclusão, caso necessário, nas dotações orçamentárias específicas.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.


MÁRCIA RESENDE DE ARAUJO
VEREADORA



Câmara Municipal de São Gotardo

JUSTIFICATIVA

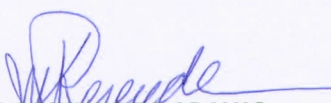
A maternidade atípica — caracterizada pelo cuidado de filhos com deficiência ou necessidades especiais — demanda reconhecimento legal e institucional em razão da sobrecarga psíquica, emocional e social imposta, majoritariamente, às mulheres, sendo um trabalho intensificado por barreiras sociais, pedagógicas e comunicacionais que dificultam a inclusão e geram isolamento social e afetivo.

A responsabilização quase exclusiva das mães por esses cuidados reflete uma estrutura patriarcal persistente, que associa a mulher à função de cuidadora principal, resultando em vulnerabilidade social e subjetiva. Essa situação exige uma resposta estatal pautada no princípio da dignidade da pessoa humana e na proteção integral da criança e do adolescente, prevista no artigo 227 da Constituição Federal de 1988, bem como na Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que estabelece o direito à atenção integral à saúde das pessoas com deficiência, incluindo suporte psicológico aos familiares e cuidadores.

Nesse contexto, propõe-se a institucionalização de uma Semana Municipal da Maternidade Atípica, com o objetivo de fomentar o debate público, promover o reconhecimento social e jurídico dessas mães e estimular a formulação de políticas públicas específicas. A iniciativa está em conformidade com os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Assistência Social (Lei nº 8.742/1993), que preconiza a proteção social a grupos em situação de risco pessoal e social, e Lei nº 24.443, de 18/09/2023 que Cria a Semana da Maternidade Atípica no Estado de Minas Gerais.

Por fim, a terminologia "maternidade atípica" representa o enfrentamento da exclusão simbólica e material dessas mulheres, legitimando suas vivências e demandas dentro do ordenamento jurídico e político nacional. O reconhecimento formal contribui para a efetivação dos direitos sociais e o fortalecimento da cidadania de mães e filhos em contextos de deficiência.

Diante da relevância do tema, que envolve saúde pública, proteção social e bem-estar coletivo, este projeto de lei se encontra dentro dos limites da competência do Poder Legislativo municipal e atende ao interesse público de forma abrangente e responsável. Por essas razões, submeto aos nobres pares a apreciação e aprovação desta importante proposta legislativa.


MÁRCIA RESENDE DE ARAUJO
VEREADORA